
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0005542-43.2011.2.00.0000**Requerente:** Rodrigo Cordeiro de Souza Rodrigues**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ SUBSTITUTO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA.

Não é razoável que o CNJ se imiscua no Certame para fins de revisão da metodologia de avaliação das provas subjetiva e prática de sentença, notadamente quando não resulta evidenciado qualquer desrespeito às regras constantes do Edital do Concurso. Segundo a jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal, não cabe ao Poder Judiciário avaliar os critérios de correção das provas de concursos públicos (AI 827001 AgR/RJ – Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJ 01.03.2011).

Procedimento de Controle Administrativo que se julga improcedente.

1 - RELATÓRIO

Rodrigo Cordeiro de Souza Rodrigues propõe o presente Procedimento de Controle Administrativo, com pedido liminar, contra o Presidente da Comissão do Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba e do CESPE – Centro de Seleção e de Promoção de Eventos.

Alega que:

- está inscrito no concurso para provimento de vagas no cargo de Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, havendo sido aprovado na primeira fase (prova objetiva seletiva);

- obteve aprovação também na primeira prova escrita da segunda etapa (com questões relativas a noções gerais do direito e noções de humanística), mas apresentou recurso para a reavaliação de sua nota;

- o demonstrativo (gabarito) fornecido pela instituição organizadora menciona somente, de modo genérico, os pontos que deveriam ser tratados em cada item da questão, com a respectiva valoração mínima e máxima de cada um, sem a apresentação de elementos fundamentais para o conhecimento da nota atribuída, quais sejam, a menção a quais pontos foram tratados e àqueles que teriam sido esquecidos ou tratados erroneamente;

- durante a aplicação da prova discursiva teórica, houve grande celeuma sobre o número de linhas em cada resposta, havendo o fiscal afirmado que o máximo de linhas permitido correspondia a trinta; no entanto, quando faltava apenas uma hora para o final da prova, o referido fiscal informou, em todas as salas, que a instituição organizadora resolveu permitir o máximo de sessenta linhas e a avaliação seria efetuada de maneira diferenciada, ou seja, adequada ao número de linhas escritas;

- no demonstrativo fornecido pela instituição organizadora não houve qualquer informação sobre essa avaliação diferenciada;

- requereu administrativamente o acesso às atas das salas de aplicação das provas discursivas, mas a instituição organizadora do concurso negou o pedido, porque careceria de previsão no edital respectivo;

- o seu recurso administrativo foi indeferido genericamente, sem menção às razões para tal;

- a nota obtida na fase discursiva foi suficiente para a sua aprovação provisória, mas não houve a devida publicidade, que constitui requisito prévio para a ampla defesa administrativa;

- na fase seguinte (prova prática de sentença cível e criminal), mais uma vez o demonstrativo indicou de modo superficial os itens que deveriam ser tratados, não destacando aqueles que o candidato preencheu, total ou parcialmente;

- não obteve aprovação na prova prática de sentença cível e criminal, ficando impedido de prosseguir no concurso, bem como não possui acesso aos elementos necessários para fundamentar a apresentação de recurso perante a instituição organizadora porque, tal como ocorreu no recurso que apresentou à nota da prova discursiva, não há explicação para as notas que lhe foram atribuídas;

- o artigo 48, parágrafo único, da Resolução n.º 75 do CNJ exige expressa menção a elementos individualizadores do candidato, aptos

a justificarem a nota atribuída;

- o ato administrativo abusivo e ilegal "emergiu com a não publicação do 'espelho individualizado' das provas escrita discursiva e práticas de sentença cível e criminal";

- além de não respeitada a publicidade, a limitação a mil caracteres ao texto do recurso apresentado pelos candidatos acarreta ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório (artigos 5º, LIV e LV, da CF/88 e 4º da Lei nº 9784/99);

- a forma de apresentação dos espelhos também implica "violação à chamada isonomia material";

- artigo 22, parágrafo único, da Resolução n.º 75 do CNJ, ao vedar nova impugnação ao recurso originário, pressupõe justamente que o candidato tenha tido ampla informação sobre a nota que lhe foi atribuída, o que não ocorreu no presente caso.

Cita julgado do TRF da 5ª Região, em que se decidiu que a Administração, ao corrigir provas de concursos públicos, deve aplicar de forma isonômica os mesmos critérios para todos os candidatos, por força dos princípios da isonomia e da impessoalidade.

Requer a concessão de liminar para determinar a imediata suspensão do concurso, até o julgamento final deste procedimento, sob pena de total ineficácia do provimento final, uma vez que dia 7 de novembro de 2011 ocorrerá a divulgação do resultado final da prova prática e a convocação para a inscrição definitiva e prova oral.

Sustenta que a demora na concessão da medida liminar causar-lhe-á prejuízo irreparável.

Requer seja, ao final, julgado procedente o pedido para determinar que os Requeridos: a) apresentem as atas de aplicação da prova discursiva, justificando, em gabarito diferenciado, a valoração diversa para candidatos que responderam as questões em 30 ou em 60 linhas; b) forneçam espelho específico e individualizado sobre as provas discursivas do Requerente; c) confirmem-lhe novo prazo para apresentar recurso, sem limitação de caracteres; d) respondam a seu recurso especificamente, atacando cada um dos fundamentos expostos, somente após o que poderá ter o seu normal prosseguimento.

Instado a se manifestar, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba aduz inexistentes no certame as irregularidades apontadas pelo Requerente e presta as seguintes informações:

- a instituição contratada para elaboração, aplicação e correção das provas do certame, CESPE/UnB, é nacionalmente conhecida por sua moralidade, eficiência, alta capacitação técnica e por realizar concursos públicos dentro da mais estrita legalidade.

- a CESPE/UnB dispensa tratamento igualitário a todos os candidatos, cumprindo as regras que são dispostas em edital de forma clara e objetiva e se utiliza dos mais especializados, eficientes e modernos métodos de avaliação, capazes de selecionar os melhores profissionais para ocupar cargo ou emprego público;

- as regras do 52º Concurso Público para o cargo de Juiz Substituto estão previstas no Edital n.º 01/2010, em perfeita harmonia com as disposições emanadas da Resolução n. 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça;

- o disposto no Edital do concurso vincula tanto a Administração quanto o candidato, bem como o subitem 17.1 do referido instrumento previa que a inscrição do candidato implicaria a aceitação das regras nele contidas;

- a segunda etapa do concurso foi composta de duas provas escritas subjetivas, a primeira discursiva, composta de quatro questões, e a segunda de prática de sentença, composta de duas sentenças, uma civil e a outra criminal;

- no decorrer da aplicação da prova discursiva foi constatada, pelos candidatos, uma inconsistência entre o comando geral do exame, que estabelecia o máximo de 30 linhas para a resolução de cada questão, e a quantidade de linhas disponibilizadas para tanto, que perfazia um total de 60. Para dirimir essa incoerência, permitiu-se que as questões fossem respondidas em até 60 linhas, sem, contudo, apenar o candidato que elaborasse a resposta em até 30 linhas;

- como as questões da prova discursiva foram elaboradas para serem plenamente respondidas em até 30 linhas, não houve distinção de valoração para questões respondidas em 30 ou 60 linhas;

- a banca avaliadora foi instruída a focar no conteúdo apresentado pelo candidato e a não condicionar a nota à quantidade de linhas;

- o aumento do número de linhas para a resposta não viola o Edital do concurso, pois nele não foi estabelecido qualquer parâmetro acerca do número de linhas da prova discursiva;

- quando tomada a decisão para permitir a resposta das questões em até 60 linhas, foi concedido aos candidatos tempo adicional correspondente ao intervalo entre a tomada da decisão e o início da prova, permitindo-se também a substituição do caderno de textos definitivos;

- na correção das provas foi avaliado somente o domínio do conhecimento jurídico e da Língua Portuguesa, esperando-se, em concursos dessa natureza, que o candidato demonstre e comprove a sua capacidade técnica para assumir o cargo em questão;

- do total de 1.176 questões não nulas, corrigidas da prova discursiva, aproximadamente 39,3% foram respondidas pelos candidatos em até 30 linhas e aproximadamente 60,7% foram respondidas em até 60 linhas. Das questões respondidas em até 30 linhas, 32,5% receberam nota 0,0 e 1,5 ponto e 67,5% receberam nota entre 1,5 e 2,5 pontos. Das questões respondidas em até 60 linhas, 28,3% receberam nota entre 0,0 e 1,5 ponto e 70,7% receberam nota entre 1,5 e 2,5 pontos. Esses números percentuais estão estatisticamente iguais, considerando, ainda, que dentre as redações respondidas em até 60 linhas encontram-se diversas respondidas com pouco mais de 30 linhas;

- as provas foram elaboradas por especialistas, mestres e doutores, com notório saber e amplo conhecimento na área, de ilibada conduta e reputação, com experiência em concursos;

- as provas subjetivas de todos os candidatos foram corrigidas com critérios objetivos, com observância de planilha de avaliação e das regras do edital;

- foram fornecidos aos candidatos todos os meios possíveis para que pudessem interpor recurso administrativo sobre as questões que lhes parecessem corrigidas de forma equivocada, tudo em conformidade com as regras trazidas nos editais (subitem 4.1 e seguintes do Edital n.º 16 TJ/PB e subitem 5.1 do Edital n.º 20 TJ/PB);

- no período dos recursos todos os candidatos tiveram amplo acesso aos cadernos de provas, com enunciados que traziam de maneira bastante objetiva quais pontos deveriam ser abordados em cada questão, além de cópia das provas realizadas;

- o CESPE/UnB também divulgou o espelho de avaliação das provas escritas discursivas, contendo aspectos macroestruturais, relativos à estrutura do texto e ao desenvolvimento do tema, com o intuito de permitir que o candidato tivesse conhecimento da nota por ele

obtida em cada questão, o que auxilia na elaboração de recurso, mas não se faz indispensável para sua interposição;

- os recursos interpostos pelo Requerente foram avaliados e respondidos com a devida fundamentação, tendo, inclusive, sido parcialmente deferido o apelo elaborado em face da prova escrita prática de sentença;

- as respostas aos recursos interpostos contra o resultado provisório das provas escritas subjetivas estariam à disposição dos candidatos a partir do dia 14 de outubro de 2011 e do dia 8 de novembro de 2011 (subitem 6.1 do Edital n.º 20 TJ/PB e subitem 2.1 do Edital n.º 22 TJ/PB). Entretanto, as respostas aos recursos interpostos contra o resultado provisório da prova escrita prática de sentença foram disponibilizadas aos candidatos no dia 10 de novembro de 2011;

- O fato de as respostas aos recursos serem divulgadas depois da fase subsequente não causa prejuízo aos candidatos, pois, em hipótese alguma, são aceitos pedidos de revisão de recursos;

- O CESPE/UnB é um dos únicos órgãos que efetivamente disponibiliza resposta fundamentada aos recursos apresentados pelos interessados. Esse modo de proceder reflete, além dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o máximo de respeito, não só aos clientes institucionais que o contratam para a prestação de serviços, mas também, e principalmente, aos candidatos;

- as atas de sala e de coordenação não são fornecidas aos candidatos, por se tratar de documento interno do CESPE/UnB;

Quanto ao pedido de suspensão do certame, em sede de liminar, entende o Tribunal não estar presente a plausibilidade do direito, já que o Requerente questiona o critério de avaliação para buscar nova chance de êxito no certame.

Ressalta que, a exemplo do julgamento do PCA n.º 0002256-91.2010.2.00.0000, o CNJ tem entendido inviável a anulação de concursos com ausência de fraude.

Sustenta que, no caso, sequer há irregularidade, na medida em que a correção das questões obedeceu às prescrições do Edital n.º 01/2010 e da Resolução n.º 75/2009 do CNJ.

O pedido liminar foi indeferido por este Relator e o Requerente pediu a reconsideração dessa decisão, sustentando, em síntese, que:

- não requer que o CNJ reavalie a sua prova, mas apenas que a Comissão do Concurso forneça espelho individualizado, a fim de que tenha ciência dos acertos e erros cometidos;

- apenas pleiteia seja determinado que as Autoridades Requeridas: a) apresentem as atas de aplicação da prova discursiva, justificando em seguida e em gabarito diferenciado a valoração diversa para candidatos que responderam em 30 ou em 60 linhas a prova discursiva; b) forneçam espelho específico e individualizado sobre as provas discursivas do requerente (discursiva, sentença cível e sentença penal); c) confirmem-lhe novo prazo recursal, em que lhe seja dada oportunidade de formalizar recurso administrativo sem a limitação quanto ao número de caracteres; d) respondam os recursos administrativos interpostos atacando cada um dos pontos neles veiculados para que, somente a partir daí, o concurso siga os trâmites normais;

- a Comissão foi omissa quanto às informações prestadas sobre a prova dissertativa, pois deixou de esclarecer que os novos cadernos de resposta apenas foram entregues quando muitos candidatos já haviam concluído a avaliação e ido embora, sem a possibilidade de refazerem o exame em 60 linhas;

- a apresentação das atas das salas de aplicação das provas elucidaria a argumentação anterior;

- a declaração de nulidade da prova dissertativa, em razão dos vícios relacionados à alteração do número de linhas e à entrega de novos cadernos de respostas quando muitos candidatos já se encontravam ausentes, ainda se faz possível, mormente porque o Requerente também foi aprovado naquela fase, bem como a valoração de cada prova implicará a classificação do Concurso, em prejuízo daqueles que não tiveram a oportunidade de elaborar nova resposta.

O Requerente também se manifesta em relação às informações prestadas pelo Requerido, reiterando alguns dos argumentos constantes do pedido de reconsideração e acrescentando que:

- “não se pode permitir a manipulação nas notas atribuídas aos candidatos, aprovando todos, como via legítima para suprir patente nulidade, afinal, o objetivo de um concurso público é selecionar, justificadamente, os mais aptos para os respectivos cargos, e não aprovar todos os candidatos numa dada fase, com o único objetivo de evitar qualquer nulidade do certame”;

- as notas atribuídas aos candidatos tornaram-se, com a aprovação de quase todos na fase, eivadas de nulidade, critério

fundamental para classificação, pelo que remanesce o interesse do Requerente na lide;

- relativamente às provas práticas de sentença criminal e cível, a confecção de respostas padronizadas, sem menção aos erros e acertos dos candidatos, não encontra respaldo na alegação de que esse procedimento foi igualmente ofertado a todos os participantes do Certame;

- não consta qualquer risco ou ressalva nas provas por ele apresentadas com a petição inicial, o que não lhe confere a garantia de que a avaliação foi efetivamente corrigida ou devidamente valorada;

- a resposta aos recursos administrativos, notadamente quanto à prova prática de penal, consistiu em apenas: “HOUVE DEFERIMENTO”;

- a falta de precisão no gabarito individualizado, mesmo após a interposição de recurso administrativo, foi mantida, eis que a Comissão apenas manifestou-se pelo provimento do apelo do candidato, sem, todavia, informar as razões de provimento parcial ou o *quantum* provido;

- os itens por ele recorridos, como providos, ensejam a sua aprovação no Concurso, pois a sua nota na prova prática de sentença penal sobe de 4,65 para 7,5;

- no entanto, na divulgação do resultado definitivo, a Comissão atribuiu nota final 5,65 à sua prova prática de sentença penal;

Cita precedente do Superior Tribunal de Justiça e pugna, outrossim, pela recontagem da nota fixada, com os acréscimos decorrentes do provimento do recurso interposto contra a prova prática de penal.

Tendo em vista que o Requerente noticiou a existência de equívoco material quanto à contagem dos pontos atribuídos à prova prática de penal, foi concedido prazo ao Requerido a fim de que se manifestasse sobre os novos argumentos trazidos pelo candidato (DESP19 e DESP21). O Tribunal, no entanto, deixou transcorrer *in albis* o prazo (evento 36).

O pedido do Tribunal de maior de elastecimento do prazo para se manifestar sobre as novas alegações do Requerente (evento 39, DOC22) foi indeferido (evento 41, DESP23).

O Requerido acosta aos autos documentos e informações prestadas pelo CESPE sobre o certame (evento 44 e 45, INF24).

2 - FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - EQUÍVOCO MATERIAL QUANTO À CONTAGEM DOS PONTOS ATRIBUÍDOS À PROVA PRÁTICA DE PENAL

O Requerente, na PET18 (evento 20), noticia a existência de erro, após recurso administrativo, quanto à contagem dos pontos atribuídos à prova prática de penal.

Além de se tratar de inovação à lide, tem-se que, em 18.11.2011, o Requerente ingressou com novo Procedimento de Controle Administrativo (PCA n.º 0005951-19.2011.2.00.0000), no qual invoca como questão central esses mesmos fundamentos e onde a matéria será devidamente examinada.

2.2 - IRREGULARIDADES NO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Não há motivo para que se modifique o entendimento perfilhado quando da análise do pleito liminar, razão pela qual reitero os fundamentos constantes da referida decisão para indeferir integralmente o pedido formulado no presente Procedimento.

Com efeito, constata-se dos autos que a pretensão do Requerente é que este Conselho Nacional de Justiça proceda à avaliação dos critérios de correção das provas destinadas ao ingresso na Magistratura do Estado da Paraíba, ao argumento de que vulnerados os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como o da publicidade.

Conquanto se reconheça o esforço argumentativo do candidato, não se afigura razoável, *in casu*, que este CNJ se imiscua no referido Certame para fins de revisão da metodologia de avaliação das provas subjetiva e prática de sentença, notadamente quando não resulta evidenciado qualquer desrespeito às regras constantes do Edital do Concurso.

Especificamente quanto à alteração do número de linhas destinadas à elaboração das respostas à prova discursiva, infere-se que a concessão de tempo adicional correspondente ao intervalo entre a tomada dessa decisão e o início da prova, acrescido da possibilidade de substituição do caderno de textos definitivos, elidiram eventuais prejuízos aos candidatos em geral.

Esclareça-se, ainda, que as justificativas apresentadas pelo Requerido são bastante razoáveis e conseguem demover possível ofensa ao princípio constitucional da isonomia, mormente por haver noticiado não ter ocorrido distinção de valoração das respostas em função do número de linhas utilizadas, havendo a Banca Examinadora sido orientada a aferir dos candidatos apenas o conhecimento jurídico e o domínio da Língua Portuguesa.

Os próprios dados informados pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, caso expressem fielmente a realidade dos fatos, denotam a inexistência de distorções ou abusos nos critérios de correção em função de o candidato haver se valido de 30 ou 60 linhas. Com efeito, assim restou consignado nas informações prestadas pelo Requerido, *verbis*:

“Do total de 1.1176 questões não nulas corrigidas da prova discursiva, em torno de 39,3% delas foram respondidas pelos candidatos em até 30 linhas e em torno de 60,7% foram respondidas em até 60 linhas. Das questões respondidas em até 30 linhas, 32,5% delas receberam nota entre 0,0 e 1,5 ponto, e 67,5% receberam nota entre 1,5 e 2,5 pontos. Das questões respondidas em até 60 linhas, 28,3% delas receberam nota entre 0,0 e 1,5 ponto, e 70,7% receberam nota entre 1,5 e 2,5 pontos. Esses números percentuais estão estatisticamente iguais, ainda mais lembrando que, das redações respondidas em até 60 linhas, encontram-se diversas respondidas com pouco mais de 30 linhas.”

Apesar de a resposta ao Recurso interposto pelo Requerente contra a prova prática de sentença ter sido disponibilizada apenas no dia 10 de novembro de 2011, não se vislumbra eventual prejuízo, eis que, conforme noticiado pelo Requerido, todos os candidatos tiveram acesso aos cadernos de provas, à cópia dos exames prestados e ao espelho de avaliação com os pontos que deveriam ter sido tratados em cada questão.

Registre-se, ademais, que a jurisprudência do excelso Supremo Tribunal Federal é no sentido de que não cabe ao Poder Judiciário avaliar os critérios de correção das provas de concursos públicos. Precedente:

"AGRAVO REGIMENTAL. CONCURSO PÚBLICO. ANULAÇÃO DE QUESTÕES OBJETIVAS. IMPOSSIBILIDADE. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que ao Poder Judiciário não é dado substituir banca examinadora de concurso público, seja para rever os critérios de correção das provas, seja para censurar o conteúdo das questões formuladas. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 827001 AgR/RJ –Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJ 01.03.2011).”

3 - CONCLUSÃO

Com esses fundamentos, **julgo improcedente** o pedido formulado no presente Procedimento de Controle Administrativo.

Intimem-se. Após, arquivem-se os autos.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 22 de Fevereiro de 2012 às 16:23:58

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
6e25c180be7bf69e2c63f0f9a7827648



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **337389**



12031415445500000000000336681